



## **V Jornada Brasileira de Sociologia**

*Desafios, dilemas e oportunidades nas sociedades democráticas*

Novembro, 2017, Pelotas/RS

GT 04 – Ambiente, desenvolvimento e novas ruralidades

**As práticas do coronelismo no espaço estancieiro gaúcho: troca de favores e subordinação pessoal**

## **As práticas do coronelismo no espaço estancieiro gaúcho: troca de favores e subordinação pessoal**

Felipe Ferrari da Costa<sup>1</sup>

### **Resumo**

A concentração de terras no Brasil e no RS constituiu historicamente um mecanismo de exclusão e de bloqueio social de imensas parcelas das populações rurais, contribuindo, assim, para a manutenção de relações assimétricas de poder e de dominação no campo. Durante o período conhecido como República Velha (1889-1930), estes processos de dominação podem ser analisados a partir do conceito de “coronelismo”, conforme pensado por Victor Nunes Leal (1949). Desta forma, tem-se como objetivo neste artigo analisar as relações sociais de dominação no espaço social estancieiro do Rio Grande do Sul, durante o período da República Velha, à luz do conceito de coronelismo. Metodologicamente, realizou-se pesquisa bibliográfica a partir da literatura existente sobre o tema. O coronelismo pode ser compreendido como um processo de dominação social, que teria como base a concentração fundiária no país e seria datado historicamente, representando um momento específico de uma das principais práticas da política tradicional brasileira – a prática do mandonismo - e correspondendo ao momento em que os grandes proprietários fundiários teriam começado a perder força, tendo que recorrer ao poder dos governos estaduais. No caso gaúcho, uma das principais marcas deste processo foi o desenvolvimento de relações de dependência pessoal dos peões de estância em relação aos estancieiros – baseadas na lógica do favor -, processo que teve por base a concentração fundiária e o poder destes *senhores de terra*.

*Palavras-chave:* Patronato; Elites; Conflitos; Dominação; Estâncias.

### **1. Introdução**

A concentração fundiária no Brasil constituiu-se, historicamente, como um mecanismo de intensificação da pobreza e da concentração de renda no campo, gerando a exclusão social de imensas parcelas da população e contribuindo para a manutenção de relações de

---

<sup>1</sup> Mestrando de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), f\_costa08@hotmail.com

dominação (Weber, 1999) no campo. No caso do RS pode ser feita relação semelhante. A ocupação deste território, embora tardia em relação ao restante do país, não ocorreu apartada da concentração fundiária e da formação de uma aristocracia de grandes proprietários rurais. A base da formação deste latifúndio foi a pecuária extensiva, sendo que o gado produzido nestes domínios foi subsidiário das principais lavouras brasileiras de exportação, a partir do século XVIII, inicialmente com o comércio do gado em pé e, posteriormente, com a carne de charque (Da Ros, 2006; Prado Jr, 2011).

A partir daí, houve uma grande expansão da economia pastoril, sobretudo na região da Campanha Gaúcha, e a intensificação de seu comércio. Assim, se estruturam “os grandes proprietários fundiários criadores de gado do Rio Grande do Sul, cujos domínios se convencionou chamar de *estâncias* e de *estancieiros* seus *senhores*” (Piccin, 2012, p. 21). Este processo de desenvolvimento no RS gerou consequências sociais semelhantes ao que foi verificado em esfera nacional. Intensificaram-se processos de bloqueio social e laços de dominação no campo, tendo por base a concentração fundiária no país.

Analisando os processos de dominação no campo brasileiro durante a República Velha (1889-1930), Victor Nunes Leal (1949)<sup>2</sup> apresenta o conceito de coronelismo, o qual pode ser compreendido como um processo de dominação social, que seria datado historicamente, representando um momento específico de uma das principais práticas da política tradicional brasileira - a prática do mandonismo<sup>3</sup> - e correspondendo ao momento em que os senhores de terra, detentores deste poder de mando, teriam começado a perder força, recorrendo ao poder dos governos estaduais (Carvalho, 1995).

Desta forma, objetiva-se neste artigo analisar as relações sociais de dominação no espaço social estancieiro<sup>4</sup> do estado do Rio Grande do Sul durante o período da República Velha à luz do conceito de coronelismo, conforme apresentado por Leal (1975). Do ponto de vista metodológico, foram realizadas consultas à literatura existente sobre o tema.

## 2. O Coronelismo: conceito teórico e processo social

---

<sup>2</sup> Trata-se da obra *Coronelismo, Enxada e Voto* de Victor Nunes Leal, publicada originalmente no ano de 1949.

<sup>3</sup> No que se refere ao mandonismo, este não se traduz como um sistema, mas como uma característica da política tradicional. O mandonismo seria uma característica expressa pelo coronelismo, mas que transporia os seus limites, apresentando dimensões mais amplas. “O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política” (Carvalho, 1995).

<sup>4</sup> “Estância” é a designação castelhana de “fazenda”. No extremo sul do Brasil adotou-se tal designação para referir-se aos grandes estabelecimentos rurais voltados à pecuária.

Segundo Victor Nunes Leal, o fenômeno do coronelismo tem sua base na estrutura agrária concentrada do país e na consequente exclusão de grandes parcelas das populações rurais. O coronelismo deve ser entendido como um fenômeno complexo, que envolve um conjunto de características da política municipal e se traduz numa relação de troca de favores entre o poder público, que é progressivamente fortalecido, e os chefes locais, notadamente os senhores de terra, cuja influência social estaria em decadência (Leal, 1975, p. 20).

O coronelismo não representa uma simples sobrevivência ou manifestação de hipertrofia do poder privado, algo característico da história colonial brasileira, mas uma forma peculiar de sua manifestação. Em outros termos, o coronelismo representa uma adaptação, a partir da qual o “poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa” (Leal, 1975, p. 20).

Este processo se constrói a partir de um sistema de reciprocidade entre os chefes municipais e os coronéis, de um lado, e a situação política dominante no Estado, de outro (Leal, 1975, pp. 42-43). Embora inscrito num período de fortalecimento do poder público em relação aos poderes privados, o fenômeno do coronelismo gera a permanência do atraso local e a manutenção da pobreza e da desigualdade social, afastando o Estado de suas funções básicas de promoção do bem-estar social e do cuidado da maioria da população.

Buscando caracterizar este processo de maneira mais precisa, pode-se dizer que o sistema coronelista se constitui na conformação de um “campo de forças” (Bourdieu, 1989), no qual se desenvolvem relações de interdependência entre agentes e grupos sociais. No caso do sistema coronelista, analisado por Leal (1975), são formadas relações de interdependência entre atores e grupos sociais, as quais são constituídas por relações assimétricas de poder e conduzem a processos de dominação (Weber, 1999) no espaço social. Neste caso em análise, as relações de interdependência se operam em dois sentidos: de um lado, na relação de troca de favores entre os agentes do poder público e os chefes locais; e, de outro, nas relações de dominação constituídas entre estes chefes locais e seus subordinados.

No primeiro caso, essas relações de troca assentam-se, principalmente, na lógica do “voto de cabresto”, onde as lideranças municipais agenciam votos – junto aos seus subordinados – para as forças políticas dominantes no estado, enquanto estas, por sua vez, disponibilizam favores institucionais aos chefes locais ou atuam de maneira negligente, permitindo que os chefes municipais governistas tenham maior “autonomia extralegal”, inclusive para cometer atos ilícitos em seu favor (Leal, 1975, pp. 43-51).

Por outro lado, no que se refere às relações de dominação estabelecidas entre os chefes políticos locais e seus subordinados, o poder destas lideranças locais está calcado no

monopólio sobre a terra e nas relações de dependência pessoal, baseadas na lógica do favor, que mantêm com amplas camadas de populações miseráveis do meio rural (Leal, 1975, pp. 38-39). Além disso, no sistema coronelista, esta liderança do “coronel” seria constantemente reforçada pelo prestígio que lhes outorgava o poder público, nas constantes relações interdependentes entre os poderes dominantes (Leal, 1975, p. 43).

Como comentado, o coronelismo é um fenômeno social datado historicamente, tendo surgido da confluência entre o Federalismo implantado pela República e uma crise econômica dos fazendeiros naquele período. Portanto, este é um fenômeno social que se circunscreve, principalmente, ao período conhecido como República Velha (1889-1930), tendo entrado em forte declínio no período posterior. Além disso, o coronelismo é fruto de uma alteração nas relações de força entre os chefes políticos municipais - em sua maioria formados por grandes proprietários fundiários - e o poder público no Brasil, onde fica evidente o enfraquecimento dos primeiros, o que pode ser demonstrado no constante sacrifício da autonomia municipal, processo que sustentou a política dos coronéis (Carvalho, 1995; Leal, 1975).

Em resumo, a saída encontrada por estes fazendeiros para que sua decadência econômica e política não fragilizasse o exercício de sua dominação local, foi se submeter ao poder estadual e aceitar a redução do papel do município na política geral. Por isso, Leal (1975, p. 103), diz que o federalismo se construiu no país à custa do municipalismo, ou seja, o preço pago pelo federalismo foi o amesquinamento do papel político atribuído ao município.

Estas noções teóricas podem ser mobilizados para se pensar o desenvolvimento do RS na República Velha, pois, uma vez que o desenvolvimento agrário deste estado guarda as marcas da concentração fundiária e da dependência pessoal (dos peões de estância em relação aos estancieiros), ele também está submetido aos processos de bloqueio social e assimetria de poderes no campo, gerando processos de dominação típicos do sistema coronelista.

### **3. Gênese do coronelismo no RS: concentração fundiária e subordinação pessoal**

Além de contribuir para a compreensão da gênese do latifúndio no RS, a análise histórica também pode ser útil para a compreensão de como as relações de dependência pessoal dos peões em relação aos estancieiros foram se estruturando, sobretudo a partir da primeira metade do século XIX, dando origem ao sistema coronelista no estado. Para que se possa compreender com precisão a gênese destes processos sociais de subordinação, típicos do coronelismo, mesmo que se trate da análise do período de escravidão no Brasil, deve-se

superar o pensamento dicotômico que só enxerga a presença de dois atores nos processos sociais do campo: de um lado, o senhor de escravos e, de outro, o trabalhador cativo.

Neste sentido, Castro (1987, pp. 25-27), analisando o processo de ocupação da província do Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX, apresenta a centralidade de um ator social, em certa medida marginalizado pelas análises teóricas clássicas a respeito do Brasil rural, a quem denomina de “homens livres pobres”. Estes personagens teriam cumprido importante papel enquanto força de trabalho na agricultura comercial em substituição ao trabalho escravo, processo verificado ainda anteriormente à abolição da escravatura. O alicerce sobre o qual se assentam as bases da transição do regime de trabalho escravo ao trabalho livre no Brasil - onde a categoria social dos “homens livres pobres” ganha centralidade - seriam as relações clientelísticas herdadas da estrutura colonial.

Além disso, com a crise do regime escravocrata, a forma de manter a viabilidade do trabalho para a exploração agrícola seria aumentando as condições de “coerção” dos pobres do local, ou seja, intensificando os laços de dependência pessoal das massas rurais em relação aos grandes proprietários, a partir da garantia do monopólio sobre a terra (Castro, 1987, pp. 68-69). Com isso, pode-se dizer que as noções levantadas pela autora, embora estruturadas sob outro espaço geográfico e temporal, são muito úteis para se pensar o surgimento do modo de dominação coronelista na estância do Rio Grande do Sul, uma vez que este sistema se assenta na subordinação de “homens livres pobres” ao grande domínio fundiário no estado.

Cabe lembrar que, no início do século XIX, as estâncias gaúchas possuíam dois núcleos de trabalhadores: um permanente, formado por trabalhadores escravos e juridicamente livres; e um temporário, formado por trabalhadores que eram acionados em épocas de pico de trabalho. A utilização deste núcleo permanente não cobria toda a demanda de trabalho da estância, pois era mais proveitoso ao proprietário contratar peões temporariamente, em períodos de pico de trabalho e, assim, evitar a subutilização dos trabalhadores em outros momentos. Por outro lado, a manutenção de um núcleo permanente de trabalhadores, dentre eles os escravos, era uma forma do estancieiro se precaver contra as oscilações de preço da mão de obra volante e, assim, intensificar os níveis de exploração e os laços de dominação pessoal sobre os trabalhadores livres (Farinatti, 2010; Prado Jr, 2011).

Mas o fim da escravidão não abalou estes mecanismos de dominação pessoal do trabalhador da estância. Internamente ao sistema estancieiro, as relações de dominação se aprofundam com a efetivação da Lei de Terras em 1850 e com o cercamento dos campos iniciado na década de 1870, os quais serviram como instrumento de bloqueio ao acesso a terra, e com a impossibilidade de migração dos setores subordinados da estância para as áreas

de florestas, localizadas ao norte do estado, ou para as regiões industriais, devido à ocupação destes espaços sociais pelos imigrantes europeus (Piccin, 2012, p. 57).

Portanto, os mecanismos de subordinação pessoal do peão ao estancieiro tinham a sua base no bloqueio social que estes “homens livres pobres” estavam submetidos. A concentração fundiária e o monopólio da terra são centrais neste sentido, se constituindo como a base do sistema coronelista, pois a distribuição fundiária encadeia possibilidade de acúmulo de diversos outros recursos, sejam econômicos, sociais, culturais ou políticos e, por conseguinte, gera assimetria de poderes e relações de dominação no espaço social (Leal, 1975; Piccin, 2012).

#### **4. A consolidação do sistema coronelista no Rio Grande do Sul: As trocas de favores entre a elite local estancieira e as instâncias de poder do Estado**

Um dos pontos que mais se destaca na análise do sistema coronelista na estância gaúcha, durante a República Velha, é como ocorre a “dinâmica de uso do poder assimétrico entre os agentes” dominantes e subordinados em suas “posições polares no espaço social” (Piccin, 2012, p. 89). Mas, conforme destacou Leal (1975, p. 20), este processo de dominação coronelista está inscrito numa lógica mais ampla de troca de favores entre os chefes políticos locais e o poder político dominante no estado.

Neste sentido, no caso do Rio Grande do Sul, destaca-se o apelo destas lideranças locais aos instrumentos jurídicos e às esferas da política do estado, no sentido de garantir o monopólio sobre a terra. Neste caso, o apelo às esferas da política institucional teria permitido a expropriação de antigos posseiros e a garantia da posse da terra aos grandes proprietários fundiários (Piccin, 2012, p. 89).

Além disso, há outra face deste compromisso entre setores dominantes, típico do “coronelismo”. Segundo Leal (1975, p. 51), no sistema coronelista, os chefes municipais governistas, gozavam de ampla autonomia extralegal, uma vez que o governo estadual fechava os olhos a eventuais atos ilícitos das lideranças locais. Neste sentido, Piccin (2012, pp. 126-127) traz o exemplo do contrabando de gado, processo que beneficiou importantes setores pecuaristas da época, sobretudo, coronéis que faziam parte do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), e que, por longo período, ocorreu com forte negligência das forças políticas dominantes do estado.

Contudo, a formação destas relações de interdependência envolvendo as elites estancieiras e os atores da política estadual e nacional determinou o espaço ocupado por estas

lideranças locais e pela economia estancieira num contexto mais amplo. Conforme apontou Leal (1975, p. 56), o coronelismo se assentaria em duas fraquezas: de um lado, nas mazelas das grandes massas rurais, inseridas em um grau intenso de miséria material e, portanto, submetendo-se facilmente aos laços de dominação pessoal dos grandes proprietários de terra; e, de outro, na fraqueza dos próprios senhores de terra, que se iludiriam com um poder local obtido a custo de submissão política ao poder estadual e nacional.

No Rio Grande do Sul este panorama pode ser percebido a partir de uma análise da economia da época. Neste sentido, pode-se dizer que a economia estancieira gaúcha ocupou espaço de atividade subsidiária das grandes lavouras brasileiras de exportação, notadamente do Nordeste açucareiro e do Sudeste cafeeiro, até meados da década de 1930, o que colocou este setor - que representava a principal fração dos grandes proprietários de terra gaúchos da época - em condição de submissão em relação a outros setores das classes dominantes brasileiras, contribuindo para a crise da produção charqueadora visualizada naquele período<sup>5</sup> (Piccin, 2012, p. 90).

É a partir destas relações de trocas de favores e de apoio entre os coronéis e o executivo estadual, temperado pelas tensões entre as elites nacionais – processo típico do coronelismo - que se pode encontrar a chave de interpretação para se entender o atraso da pecuária gaúcha e da instalação dos frigoríferos no estado, bem como a subordinação dos pecuaristas gaúchos ao bloco de poder nacional dominante durante a República Velha (Piccin, 2012, pp. 93-94).

## **5. O coronelismo no Rio Grande do Sul: Os senhores da terra e da guerra e seus subordinados**

Como comentado anteriormente, além das relações de interdependência entre os agentes dominantes do espaço social, o sistema coronelista dependia também de uma relação de troca entre as classes dominantes locais e seus subordinados. Conforme Leal (1975, pp. 38-39), na prática do coronelismo, a construção de lideranças locais assenta-se fortemente na

---

<sup>5</sup> Na década de 1930, o Governo Federal pôs fim a diversas barreiras alfandegárias que beneficiavam o charque gaúcho e desenvolveu legislações trabalhistas e sanitárias para esta produção, o que afetou os charqueadores do estado. Estes processos naturalmente colocaram a atividade estancieira-charqueadora diante de uma crise econômica (Piccin, 2012, pp. 131-133).



lógica dos favores pessoais. Deste processo derivam características secundárias do sistema, como o mandonismo e o clientelismo<sup>6</sup>.

No caso do Rio Grande do Sul, os “homens livres pobres” da região estancieira – os peões de estância –, em sua maioria em condições de miséria material e distanciados da propriedade da terra, ficavam submetidos às relações de trabalho na estância. Este processo envolvia a utilização de alguns mecanismos por parte do estancieiro, a fim de intensificar a dependência e a exploração de seus subordinados.

O principal destes mecanismos era constituir estes peões na categoria de simples moradores, ao invés de serem trabalhadores regularmente remunerados, o que impunha a estes sujeitos a intensificação de sua subordinação: “tratam-se de relações de dependência economicamente fundadas, mas dissimuladas sob um véu de relações morais, de *lealdades desinteressadas*” (Piccin, 2012, p. 257).

Não se trata, neste caso, de um sistema de dominação instituído legalmente, mas de um modo de dominação pessoal, em que os códigos de honra e de lealdade estão no centro da análise. Um modelo de dominação que contém alguns dos elementos do que Weber (1999, pp. 148-158) caracterizou como modo de dominação tradicional, uma vez que a fidelidade pessoal de servidor, guiada pelos códigos morais e de honra, é central neste caso.

Além da oferta da morada ao peão, em alguns casos o pagamento de seu trabalho era realizado em mercadoria, a fim de ampliar os ganhos desta troca em favor do estancieiro. Também era comum a constituição de dívidas dos peões para com as estâncias, as quais constituíam um sentimento moral que prendia o peão aos domínios dos senhores de terra. Outra prática realizada era a inserção da albergagem e da alimentação dos empregados no próprio salário, fazendo com que o estancieiro mediasse parte importante da relação dos peões com o mercado (Piccin, 2012, pp. 68-70).

Contudo, esses laços de dominação do peão à estrutura estancieira não se resumiam somente à sua utilização como mão de obra produtiva. Uma das principais bases de recrutamento e de constituição destes laços de dominação pessoal dos peões neste período envolveu a formação de exércitos particulares para o estancieiro.

Neste sentido, em alguns casos não só a figura do “coronel” era clara, como os laços de subordinação que ligavam as massas rurais a ele envolviam questões militares. Esta foi

---

<sup>6</sup> Assim como o mandonismo, o clientelismo também seria uma característica expressa pelo coronelismo. Desta forma, ambos transporiam os limites coronelismo. Além disso, o clientelismo seria como o mandonismo visto de um ponto de vista bilateral. “De algum modo, como o mandonismo, o clientelismo perpassa toda a história política do país. Sua trajetória, no entanto, é diferente da do primeiro. Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo” (Carvalho, 1995).

uma importante marca das relações de subordinação do peão ao domínio estancieiro durante a República Velha. Neste sentido, Piccin (2012), diz que:

*Os senhores da terra também são senhores da guerra* porque os referidos processos históricos agem como chicote que mobiliza os subordinados pela fome. Os mobiliza tanto como mão de obra nos domínios senhoriais, quanto como reserva de soldados à arregimentação nos exércitos particulares para os conflitos e revoluções dos *senhores* (PICCIN, 2012, p. 88).

O autor complementa chamando atenção para a centralidade da lógica do favor nestes processos de arregimentação militar. Neste caso, os subordinados são fortemente movidos por jogos de honra, ou seja, nele atuam disposições subjetivas que internalizam nos agentes dominados as distâncias objetivas presentes no espaço social. O fato de morar de favor em terra alheia – e a dívida moral decorrente disso – faz com que estejam disponíveis para compor as juntas militares dos estancieiros (Piccin, 2012, p. 88).

Em resumo, as formas de subordinação dos peões de estância nesta realidade social eram diversas. Da mesma forma, a figura do “coronel” também ganhava diversas facetas. Neste sentido, cabe aqui desenvolver uma reflexão apontada por Leal (1975, pp. 21-23), segundo a qual no sistema coronelista o líder local nem sempre era um autêntico “coronel”, pois a maior difusão da educação formal e do ensino superior no Brasil fez com que, entre estas lideranças locais, se encontrassem muitos bacharéis e doutores. Mesmo assim, a base destas lideranças continua sendo o “coronel” e seu lote considerável de votos de cabresto, ou seja, não há, a partir da aquisição destes capitais escolares, qualquer tipo de rompimento com a lógica da política coronelista.

No sistema estancieiro este processo também pode ser percebido, pois existe em seu âmbito, a partir deste período, uma considerável valorização destes capitais culturais e escolares. Segundo Grijó (1998, pp. 77-78 apud Piccin, 2012, p. 208), a aquisição destes capitais escolares visava aumentar o prestígio, a honra e o capital de relações sociais de seus detentores. Desta forma, não se constituía como recurso para reconversão de trajetórias sociais, mas para legitimar posições dominantes já ocupadas anteriormente.

Para concluir esta reflexão, é importante ressaltar que com o enfraquecimento da lógica de recrutamentos militares pelos proprietários de terra, a partir do fim da República Velha, houve uma tendência destes estancieiros deixarem em suas terras somente a mão de obra necessária aos trabalhos produtivos da estância. Este processo gerou a saída de muitos peões e a redução do número de famílias no interior da estância (Piccin, 2012, pp. 265-266).

A partir de então, as formas de dependência pessoal voltadas a ocupar os peões nas atividades produtivas da estância continuaram se desenvolvendo de diversas formas. Como

regra, seguiram-se os sucessivos processos de pauperização das condições de vida da maioria, como resultado das flutuações econômicas na atividade da pecuária. Contudo, estes processos não conduziam estes personagens ao destino principal da proletarização urbana, antes os inseriam em relações ainda mais profundas de subordinação pessoal aos estancieiros, fazendo com que boa parte dos antigos *moradores* de favor passassem a viver agora nas margens da estância, na condição de *moradores de corredor*<sup>7</sup> (Piccin, 2012, pp. 301-302).

## 6. Considerações finais

A partir das reflexões expostas nesse trabalho percebe-se que a base desse processo de dominação pessoal, típico do sistema coronelista, é a concentração fundiária e o monopólio da terra, o qual exclui ou marginaliza grandes massas populacionais dos níveis mais elementares de direitos sociais e cidadania.

Como visto, estes fatores atuaram fortemente na formação social do estado do Rio Grande do Sul, fazendo com que se constituíssem relações de poder assimétricas no espaço social estancieiro e favorecendo o desenvolvimento de um modo de dominação coronelista nesta região durante a República Velha.

A política coronelista impediu que o desenvolvimento e a ampliação do poder público representassem, na mesma medida, uma ampliação real da democracia e da inclusão social. O papel desempenhado pelos órgãos de Estado neste processo – seja a partir da troca de favores entre setores dominantes ou da negligência direcionada – somente reforçou relações de dominação no espaço social, ressignificando velhas e tradicionais práticas de mandonismo na política brasileira.

O sistema de dominação coronelista se traduziu como uma fase específica das práticas de mandonismo, tradicionais na história brasileira e, em certa medida, ainda presentes em nossa realidade. Neste sentido, com o fim do coronelismo no espaço social estancieiro do Rio Grande do Sul os processos de dominação pessoal seguiram se ressignificando e, em alguns casos, até mesmo se intensificaram.

---

<sup>7</sup> Os chamados *moradores de corredor* são famílias que construíam suas casas e residiam nas proximidades das estradas e entre as cercas das estâncias. Ali podiam cultivar alimentos e criar alguns animais. Com este mecanismo, aumentava o poder dos estancieiros frente a seus subordinados, pois estes “estavam em condições de colocar não somente os trabalhadores internamente à estância na concorrência por seus dons generosos, mas também a população em seu entorno” (Piccin, 2012, p. 241).

Contudo, como marca geral de nossa história, pode-se dizer que em todos estes momentos, a dominação assentou-se na miséria dos subordinados e em sua impossibilidade de ingressar num universo de trocas recíprocas com os setores dominantes do espaço social.

## 7. Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989.

CARVALHO, J. M. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual**. Trabalho apresentado no simpósio sobre "Nation-Building in Latin America: Conflict Between Local Power and National Power in the Nineteenth Century", em homenagem a Raymond Buve, Leiden, Holanda, 20-21 de abril de 1995. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003). Acesso em 11 de maio de 2017.

CASTRO, H. M. M. **Ao Sul da História**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DA ROS, C. A. **As Políticas Agrárias Durante o Governo Olívio Dutra e os Embates Sociais em Torno da Questão Agrária Gaúcha (1999-2002)**. Rio de Janeiro, 2006. Tese de Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, 2006.

FARINATI, L. A. E. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2010.

GRIJÓ, L. A. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”**. Porto Alegre (Dissertação). Mestrado em Ciência Política, 1998.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

PICCIN, M. B. **Os Senhores da Terra e da Guerra do Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro**. 2012. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, SP.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1999.